bibliografia

recensões

YAMEY, Basil S. (organizador) — *Economic* of *Industrial Structure*, Middlesex, Penguin Modern Economic Readings, 1973.

Não será a primeira vez que aqui se faz referência à qualidade das colectâneas de artigos económicos editadas pela Penguin. Não é só o preço das edições que as torna convidativas, embora não seja um elemento para desprezar. O que é mais importante é o facto de esse baixo preço não implicar uma diminuição de qualidade e exigência teórica dos textos apresentados, que incluem alguns de consulta obrigatória para quem quiser trabalhar no interior de alguns temas da teoria económica.

A colectânea que agora se analisa tem por objecto central um dos mais curiosos ramos da análise económica mas que, infelizmente, não tem tido um tratamento muito elaborado nos manuais de maior difusão. As relações internas a cada sector industrial e os efeitos de dominação e de subordinação dos agentes de decisão empresariais, são pontos habitualmente relegados para os domínios da microeconomia e da teoria dos mercados. Como, nas últimas décadas, as atenções dos teóricos se têm polarizado nos problemas designados por macroeconómicos, não surpreende que as particularidades e minúncias da teoria dos mercados tenham ainda formulações que remontam a Marshall o que, manifestamente, não se pode considerar um nível de elaboração compatível com a complexidade das actuais relações empresariais.

Talvez este relativo desprezo pelas relações estruturais microeconómicas tivesse sido o preço necessário para alimentar o desenvolvimento das análises económicas. Mas não será possível prolongar muito mais este processo, pois a teoria dos agentes de decisão empresarial é um elemento absolutamente indispensável para uma manipulação coerente das variáveis macroeconómicas.

Por outro lado, também não parece que se possa locolizar este campo problemático estreitamente no interior da teoria económica, pois o conjunto de condições que aqui se encontram exigem um apelo sistemático às indicações da teoria das relações políticas e das relações sociais. Por outras palavras, é claramente um campo interdisciplinar onde será indispensável uma colaboração apertada entre várias ciências sociais.

Esta colectânea não atinge este último nível de elaboração, mas mostra que muito se progrediu desde as categorias simples de Marshall e de Chamberlin — Joan Robinson. Sobretudo, é um notável sumário das várias posições teóricas sobre as estruturas industriais, cobrindo cinco áreas de análise (a dimensão, as condições de entrada num sector, a concentração, a integração vertical e a diversificação) e mostrando algumas das múltiplas formas de *controle indirecto* que se podem encontrar nas relações entre as empresas.

Numa altura em que tantas pessoas se preocupam com a noção vaga do grupo económico, esta colectânea permite organizar melhor algumas ideias que nem sempre são compatíveis entre si.

J. A. Aguiar

CARTER, Lewis F. — «Inadvertent Sociological Theory», in *Social Forces*, vol. 50, Set. 1971, Chapel Hill, University of North Caroline Press, pp. 12-26.

BLALOCK, Hubert M. — Aggregation and measurement error», in *Social Forces*, vol. 50, Dez. 1971, Chapel Hill, University of North Caroline Press, pp. 151-165.

Pretende esta referência conjunta a dois artigos publicados em sucessivos e recentes números duma mesma revista chamar a atenção para algumas características do «novo» discurso metodológico de origem norte-americana.

Contrariando uma tendência que parecia desembocar fatalmente na colaboração dum corpo de regras estipulador dum verdadeiro ritual de investigação (o método sociológico, «the cookbook»), este novo tipo de discurso reivindica a urgência de uma *integração efectiva da teoria e da tecnologia da observação empírica*, como momento necessário à produção controlada de conhecimentos sobre a realidade social concreta (claro está que tal reivindicação acarreta uma crítica radical do empirismo — modelo epistemológico subjacente ao trabalho da metodologia ortodoxa).

Que nos dizem os textos cujos títulos acima se registam?

Em «Inadvertent Sociological Theory», discute-se o problema da medida em sociologia, a partir da noção de «epistemic correlation» — «an assumed relationship between an unobserved (or unobservable) construct and an observed variable». Embora estreitamente ligada à tradicional questão das relações entre conceitos e indicadores ou índices (por isso mesmo nos parece inadequada a deignação de «epistemic correlection»), a análise de Lewis CARTER sugere a revisão de todo um conjunto de pressupostos metodológicos adoptados a-criticamente em inúmeros trabalhos de pesquisa sociológica. Uma discussão pormenorizada dos «impasses» e ocultações que frequentemente acompanham a construção dos índices de *status*, através de indicadores tais como educação e rendimento, permite a L. Carter afirmar a não existência de uma ligação intrínseca entre níveis de medida e variáveis. Ele demonstra-nos, com efeito, que essa ligação só pode estabelecer-se criteriosamente na estrita dependência do contexto teórico no qual se insere o conceito que se quer medir, advertindo-nos ainda de que qualquer opção específica em termos de níveis de medida se repercute, por seu turno, no estabelecimento da expressão analítica correspondente à «epistemic correlation». No que respeita à relação esntre *status* e rendimento CARTER opõe-se a que ela seja formulada de acordo com o sistemático postulado da linearidade, para isso se apoiando numa análise estatística das curvas de distribuição do rendimento global.

Em «Agregation and measurement error», Hubert Blalock — talvez o nome mais representativo da já referida nova tendência da metodologia sociológica americana — começa por afirmar que «the future of macro-level sociological research obviously depends on our ability to improve our measurements and to conceptualize more adequately the causal and other types of linkages between aggregate or global theoretical variables and operational indicators». Esta afirmação, embora revelando um tom semelhante ao de outras relações de princípio de H. Blalock, levanta vários problemas que o texto em análise se encarrega de debater. O mais importante diz respeito à própria operação de agregação, que normalmente incide sobre comportamentos ou indivíduos tidos por similares. Como estipular um critério que permita legitimamente atribuir a estes elementos uma presunção de similaridade? Só naqueles casos em que uma teoria explícita permita agregar items individuais de acordo com causas ou efeitos comuns, parece possível responder à pergunta formulada. Quando, por outro lado, a agregação se processa segundo as «conveniências» da prática administrativa e a sociologia se limita a ratificar os resultados obtidos em tais condições, surge um elevado risco de se incorrer em falácias, por mudança — incontrolada — de nível de análise.

José Madureira Pinto

FERREIRA, David — *História Política da Primeira República Portuguesa*, I e II volumes, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

Nos últimos anos tem vindo a afirmar-se um esforço de compreensão da problemática portuguesa que se traduz, na historiografia, pelo surgir de trabalhos sobre o século XIX em geral e, particularmente, sobre o primeiro quartel do nosso século. Poderemos mesmo prever que a década em que vivemos verá a publicação de trabalhos que, por certo, irão permitir a clarificação da génese das *linhas de força* que configuram à actual